

XI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 27, 28 e 29 de maio de 2025

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Itapetininga

A EDUCAÇÃO CÍVICO-MILITAR NO BRASIL: UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA SOBRE O PODER

Raul Bordignon Gomes – ICV/IFSP¹

Prof. Dr. Gabriel Terra Pereira – IFSP²

Introdução:

Este estudo, desenvolvido na disciplina de Filosofia da Educação do curso de Licenciatura em Química do IFSP Campus Catanduva, analisa a expansão das escolas cívico-militares no Brasil entre 2015-2025. Pesquisas recentes (Andrade, 2021; Oliveira, 2020) apontam que esse fenômeno reflete a crescente influência neoliberal e conservadora na educação básica, alinhada ao avanço de políticas de privatização (Gros, 2002) e ao sucateamento do ensino público (Ferreira, 2020). A militarização escolar, com raízes no século XIX após a Proclamação da República, é examinada à luz da teoria foucaultiana - particularmente através dos conceitos de poder e disciplina desenvolvidos em "Vigiar e Punir" (1975) e "Microfísica do Poder" (1978), revelando como mecanismos autoritários se institucionalizam na educação.

Objetivo:

A pesquisa analisou as escolas militarizadas no Brasil usando a teoria de Foucault sobre poder. O estudo investigou: as raízes históricas da relação entre militares e educação; como a Comissão da Verdade, a extrema-direita e as propostas educacionais conservadoras se relacionam; e as características atuais dessas escolas à luz dos conceitos de disciplina e poder. A abordagem integrou história, política e pedagogia para entender criticamente esse fenômeno.

Metodologia:

O estudo analisou a educação cívico-militar no Brasil através de: 1) revisão bibliográfica histórica; 2) legislação educacional, especialmente a LDB (Brasil, 1996); e 3) relatório da Comissão Nacional da Verdade. Essas fontes foram interpretadas com base na teoria foucaultiana.

Resultados:

Os primeiros de colégios militares no Brasil datam de 1889, com a criação do primeiro colégio militar no Rio de Janeiro. Subsequentemente, foram criados outros 13 colégios que estão inseridos na sociedade até os dias atuais. Todos os colégios integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), estando ligados ao exército e subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e as PMs estaduais. A militarização da educação no Brasil, ao longo da história, foi influenciada por contextos

¹Estudante do curso de Licenciatura em Química, IFSP Catanduva/SP, raul.gomes@aluno.ifsp.edu.br (<https://orcid.org/0009-0007-1541-1821>)

²Doutor em História e Cultura Política., IFSP Catanduva/SP, gabrieltp@ifsp.edu.br (<https://orcid.org/0000-0002-4132-017X>)

XI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 27, 28 e 29 de maio de 2025

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Itapetininga

políticos, sociais e econômicos específicos, muitas vezes associados a "crises de medo" momentos em que o governo e a elite viam a necessidade de controlar ou disciplinar a população para manter a ordem social, evitar conflitos ou promover certos valores. Os historiadores geralmente classificam três tipos de militarização da educação no país. A primeira delas são os colégios militares, que surgiram como uma resposta aos problemas do Primeiro Reinado (1822-1831) e à necessidade de segurança em relação à defesa da costa brasileira. O segundo modelo existente são as escolas militarizadas, essas foram e são escolas públicas (geralmente) municipais cuja gestão foi relegada às Forças Armadas ao longo da história brasileira. E por fim existem as escolas cívico-militares, o terceiro modelo e propostas pelo presidente da república em 2018 como parte de uma estratégia de militarização que se expandiu rapidamente pela educação em todo o território brasileiro. Nesse contexto, estes modelos pedagógicos – sobretudo as propostas mais recentes - são pautados pela hierarquia militar e têm potencial para entrar em atrito com a LDB (Brasil, 1996) em seu artigo 2º, que versa sobre a liberdade de aprender, sobre o pluralismo de ideias e à tolerância como integrantes do processo de ensino, o artigo 3º, a respeito das finalidades da educação e da formação do estudante (preparo para a cidadania e o combate à discriminação) e o artigo 14º, que trata da gestão democrática das instituições e exige a participação da comunidade escolar (profissionais, estudantes e famílias) na elaboração do projeto pedagógico e nas decisões administrativas. Os colégios militares, no entanto, são geridos por instituições castrenses (como polícias militares ou Forças Armadas), com estruturas centralizadas e pouca abertura para a participação democrática. A militarização de escolas em Goiás, como a substituição do Colégio Hugo de Carvalho Ramos (referência em inovação educacional desde 1981) por um modelo militarizado, entra em conflito com esses princípios. Contudo, com o avanço neoliberal no estado de Goiás, as políticas que inserem policiais militares nas escolas receberam aval positivo para sua implementação. Como resultado, o avanço da militarização das escolas tornou-se notório. Em pouco tempo, outras escolas militarizadas foram abertas pelo estado, utilizando a justificativa falha de que a ação policial era necessária para tratar da violência no ambiente escolar, envolvendo docentes, funcionários e discentes. Além disso, houve um desânimo entre os próprios alunos em relação às suas experiências e à depredação do local. Esses argumentos foram utilizados para a transferência do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, fundado em 1981. Este colégio apresentava uma estrutura metodológico-pedagógica incrível, destacando-se não apenas na região, mas em todo o país. O colégio contava com salas de música, esportes, ginástica rítmica, além de laboratórios de física, química e biologia, que se diferenciavam das demais escolas da região (Cruz, 2017). Mesmo apresentando diversas atividades extracurriculares que fizeram diferença na evolução de crianças e adolescentes, em 1999, por ser um evento principal e programado, o colégio começou sua transição e, no mesmo ano, já se enquadra como um colégio militar. Esse evento principal é conhecido como o sucateamento da educação, em que o próprio governo, destinado a cuidar da escola, não enviava verba suficiente, acarretando na maioria dos problemas usados como argumento para militarizar a escola. Décadas depois, em 2011, sob pressão de familiares de vítimas e de parte da sociedade civil, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo de investigar e publicizar as violações de Direitos

XI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 27, 28 e 29 de maio de 2025

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Itapetininga

Humanos ocorridas durante o regime militar e proporcionar respostas às famílias que buscavam justiça por seus entes queridos, bem como à sociedade brasileira. Iniciado no primeiro governo Lula e sancionada oficialmente no mandato de Dilma Rousseff, a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, promulgou a criação da CNV e consequentemente, com o trabalho das equipes estaduais e federal, foram reveladas informações em dezembro de 2014 através da elaboração do Relatório Nacional da Verdade, que sistematizou e apresentou à população diversas histórias encobertas durante os tempos da ditadura (Brasil, 2014). Além de identificar os mandantes e agentes de crimes, torturas e mortes durante o regime autoritário vigente de 1964 a 1985, o documento proporcionou uma resposta para as famílias das vítimas, bem como à sociedade defensora da democracia. O contexto político após o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, ampliou esse debate. O documento, que denunciou violações de Direitos Humanos durante a ditadura militar (1964-1985), gerou pressão social contra símbolos associados ao autoritarismo, incluindo a expansão de colégios militares. Diante do risco de associarem-se a um passado repressivo, as instituições militares optaram por reduzir temporariamente sua atuação nessa área. Contudo, houve reações políticas, sobretudo com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2019, trazendo consigo várias ideologias, por exemplo o neoliberalismo econômico, o conservadorismo social, o nacionalismo e o militarismo no governo (Souza, Galdino Neto, Nogueira, 2024), ao assumir o cargo, implementou rapidamente medidas relacionadas a esse sistema de ensino, sem respaldo pedagógico e metodológico. Já no primeiro mês de mandato, anunciou a criação de uma subsecretaria no Ministério da Educação (MEC), destinada exclusivamente à implementação de escolas cívico-militares em todo o território nacional, distribuídas entre escolas estaduais e municipais. Além disso, elaborou programas didático-pedagógicos alinhados a uma gestão educacional voltada ao ideal militar (Brasil, 2019a, p.21). Assim, torna-se que o processo de militarização das escolas se alinha a valores e ideologias militares, como a obediência, resultando em uma limitação da autonomia e do pensamento crítico dos alunos, outra implementação, já mencionada, foi o PECIM, datada de setembro de 2019, que reforçou ainda mais o conceito cívico-militar. Nele, a atuação de policiais e bombeiros militares passou a se estender aos ambientes escolares, além de oferecer um aparato metodológico padronizado para todo o país. Esse aparato define o comportamento desses profissionais nas escolas, onde, segundo a documentação, desempenharam um papel na gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica. Além disso, o PECIM propôs o repasse de 54 escolas estaduais ou municipais distribuídas pelo território nacional (Brasil, 2019b). À luz dos estudos de Michel Foucault (1975, 1978) um dos principais conceitos pertinentes a esta pesquisa é o de biopoder, que correlaciona o poder à vida e examina como o Estado e as instituições (no caso educacionais) exercem controle sobre a sociedade, seja de maneira individual ou coletiva. Esse fenômeno é observado de forma bastante superficial nas escolas, por exemplo, através do manejo arquitetônico das salas de aula enfileiradas, horários sempre muito rígidos, toque de sinal, fileiras, notas e até mesmo suspensão por mau comportamento. Outro conceito forjado por Foucault é do poder como “produtor de realidades”. Valores como a hierarquia e a obediência são frequentemente apresentados como positivos, muitas vezes recebendo estímulos e reforços. Em

XI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 27, 28 e 29 de maio de 2025

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Campus Itapetininga

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

CRUZ, Leandra Augusta Carvalho Moura. *Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?* 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3746/2/LEANDRA%20AUGUSTA%20CARVALHO%20MOURA%20CRUZ.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FERREIRA NETO, R. B. The school infrastructure at the heart of the physical education classes: the scrapping of public education systems. *Education Policy Analysis Archives*, v. 28, p. 182, 2020. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5341>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1591578>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

OLIVEIRA, T. P. A ideologia neoliberal: um estudo sobre o neoliberalismo brasileiro a partir das análises de idade e renda na eleição de 2002. *Revista Prelúdios*, v. 8, n. 8, p. 93–109, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/25788>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOUZA, F. M. de; MELO, F. R.; GALDINO NETO, J. F.; NOGUEIRA, S. G. O negacionismo ideológico no discurso inaugural de Bolsonaro em Davos (2019). *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 18, n. 52, p. 231–250, 2024. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4019>>. Acesso em: 15 abr. 2025.